

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

01.612.452/0001-97

Nome da instituição

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Setor

Coordenação Geral de Apoio Técnico - CGTEC

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

Jefferson da Rocha Martins

Telefone

(61)3218-2744

E-mailjefferson.martins@apoio.mda.gov.br**Destinatário:****Nome**

ROSA MARIA PIRES WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

Assunto: Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que trata do Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023.

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 55000.007773/2023-11.

Anexos

OFÍCIO Nº 1009-2023-GM-MDA-MDA.pdf

OFICIO-No-1009-2023-GM-MDA-MDA.pdf

III-Plano-de-Trabalho-DEMCA-MDA.pdf

II-Termo-de-Adesao-CGTEC-MDA.pdf

I-Oficio-Circular-no-354-GP-2023.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais,

sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 1009/2023/GM-MDA/MDA

Brasília, 14 de julho de 2023.

A sua Excelência a Senhora
ROSA MARIA PIRES WEBER
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
SAF Sul, Quadra 2, Lotes 5/6, Blocos E e F, Brasília/DF
presidencia@cnj.jus.br

Assunto: Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 55000.007773/2023-11.

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentar Vossa Excelência, reporto-me ao Ofício-Circular nº354/GP/2023, que trata do Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, referente ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que tem como objetivo desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).
2. Nesse contexto, informo a adesão ao referido programa pelo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e encaminho o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho devidamente preenchidos e assinados.
3. Grato pelo convite, reitero o meu especial apreço.

Respeitosamente,

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Anexos:

- I - Ofício-Circular nº 354/GP/2023 (SEI nº 28955687);
- II - Termo de Adesão CGTEC - MDA (SEI nº 29666274);
- III - Plano de Trabalho DEMCA - MDA (SEI nº 29400817)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Teixeira ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 14/07/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29729814** e o código CRC **0B7171E2**.

Referência: Processo nº 55000.007773/2023-11

SEI nº 29729814



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 1009/2023/GM-MDA/MDA

Brasília, 14 de julho de 2023.

A sua Excelência a Senhora
ROSA MARIA PIRES WEBER
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
SAF Sul, Quadra 2, Lotes 5/6, Blocos E e F, Brasília/DF
presidencia@cnj.jus.br

Assunto: Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 55000.007773/2023-11.

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentar Vossa Excelência, reporto-me ao Ofício-Circular nº354/GP/2023, que trata do Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, referente ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que tem como objetivo desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).
2. Nesse contexto, informo a adesão ao referido programa pelo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e encaminho o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho devidamente preenchidos e assinados.
3. Grato pelo convite, reitero o meu especial apreço.

Respeitosamente,

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Anexos:

- I - Ofício-Circular nº 354/GP/2023 (SEI nº 28955687);
- II - Termo de Adesão CGTEC - MDA (SEI nº 29666274);
- III - Plano de Trabalho DEMCA - MDA (SEI nº 29400817)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Teixeira ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 14/07/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29729814** e o código CRC **0B7171E2**.

Referência: Processo nº 55000.007773/2023-11

SEI nº 29729814

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

PRESIDÊNCIA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F, Brasília - DF, CEP 70070-600

www.cnj.jus.br

Ofício-Circular nº 354/GP/2023

Brasília, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor

PAULO TEIXEIRA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Brasília - DF

*agenda.gm@agro.gov.br**claudia.dadico@mda.gov.br*Assunto: **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Senhor Ministro de Estado,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, conforme já mencionado em contato mantido entre a assessoria da Presidência deste Conselho e a sua assessoria, informo que juntamente com o CNJ, assinaram o Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, referente ao **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).

Informo também que a 1ª Itinerância está prevista para o período de **17 a 21 de julho** deste ano em São Felix do Xingu (PA), localidade onde a Justiça Federal não possui Subseção Judiciária instalada.

Assim, compartilho a cópia do referido instrumento de cooperação, a minuta do Termo de Adesão e do plano de trabalho para apreciação. Havendo interesse na adesão, encaminhar resposta por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico <https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>, fazendo referência ao SEI n. 02433/2023, com o Termo de Adesão em anexo devidamente preenchido e assinado.

A assinatura pode ser feita, preferencialmente, de forma eletrônica pelo órgão aderente e, caso seja feita de forma física, deve ser encaminhado também o documento de identificação para fins de validação da assinatura.

Grata por poder contar com a colaboração de Vossa Excelência, reitero o meu especial apreço.

Ministra **ROSA WEBER**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PIRES WEBER, PRESIDENTE**, em 30/05/2023, às 18:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj.gov.br/) informando o código verificador **1574853** e o código CRC **49FC5649**.

Anexos: TCT n. 03/2023 (1520354), Minuta do Termo de Adesão (1551661) e Plano de Trabalho (1567019)

Atenção: Favor encaminhar resposta a este Ofício por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

02433/2023

1574853v2



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO TÉCNICO

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

Luiz Paulo Teixeira Ferreira, na qualidade de **Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV – Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS: desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal, nos limites de suas atribuições.

2. GESTOR(A) LOCAL: Claudia Maria Dadico, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários, endereço eletrônico: claudia.dadico@mda.gov.br, telefone: (61) 99939-755, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Públicos vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por intermédio do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários:

I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.4 O fomento das ações objeto deste termo de adesão dar-se-ão na forma específica do plano de trabalho em anexo, que o integra para todos os efeitos.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Brasília, 11 de julho de 2023.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

CLAUDIA MARIA DADICO

Diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Dadico, Diretor (a) de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários**, em 11/07/2023, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Teixeira ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 11/07/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29666274** e o código CRC **40FC26F8**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS

PLANO DE TRABALHO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPES

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	CNPJ N. 07.421.906/0001-29
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF)	CNPJ N. 00.508.903/0001-88
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT)	CNPJ N. 17.270.702/0001-98
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	CNPJ N. 11.439.520/0001-11
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA)	CNPJ N.93.021.632/0001-12

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a baixa capilaridade do Poder Judiciário e das demais instituições que integram o sistema de Justiça na região da Amazônia Legal, acrescida da dificuldade de acesso físico a algumas localidades, urge a necessidade de implementação de ações voltadas à formação de consciência cidadã na população amazônica e à garantia dos direitos fundamentais, especialmente o direito de acesso à justiça. Diversas pesquisas e notícias mostram o cenário atual de aumento de criminalidade na região, além dos efeitos que a ausência de uma presença efetiva do Estado gera em outros setores para a sociedade amazônica. 3.2. Tribunais Estaduais, Federais e do Trabalho já realizam ações itinerantes, executadas, no entanto, de forma isolada, restritas à competência material de cada um dos ramos do Poder Judiciário, o que dificulta a desejada proteção jurídica integral a cidadãos e cidadãs da Amazônia Legal. As cidades localizadas na referida Região apresentam os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, o que indica que ações integradas de itinerância são necessárias e inadiáveis como forma de assegurar o acesso à justiça, a direitos e à dignidade da pessoa humana.

3. OBJETO

O Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023 tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de garantia e promoção do pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal, por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), os quais serão implementados mediante o PROGRAMA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; e à Resolução CNJ n. 460/2022. O Programa confere concretude, ainda, aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário.

3.1 OBJETO ESPECÍFICO PARA A PRIMEIRA EDIÇÃO

Este Termo de Cooperação desdobrar-se-á em projetos e, a depender dos eixos de atuação definidos para cada edição, as instituições parceiras poderão participar ou não.

O município definido pelos Conselhos Superiores (CNJ, CJF, CSJT e CNMP) para o primeiro evento da itinerância cooperada é São Felix do Xingu (PA), localidade onde a Justiça Federal não possui Subseção Judiciária instalada. Há áreas de proteção ambiental estabelecidas, que são cercadas por terras indígenas, assumindo o município posição de destaque no cenário nacional quanto ao índice de desmatamento.

O município, também, apresenta baixo IDH (0,594) diretamente relacionado à condição socioeconômica da população. Considerando as características da região e os objetivos da pactuação, a atuação da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL terá por foco quatro eixos temáticos: ambiental; acesso à justiça e cidadania; trabalho seguro e produção de dados.

4.CONTRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS

O Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, conforme atribuição do Decreto n ° 11.396 de 21 de janeiro de 2023, tem como escopo promover a gestão e o diálogo entre diversos atores envolvidos em conflitos coletivos agrários, como o Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Conselho Nacional de Justiça e Defensorias Públicas, buscando contribuir para a resolução dessas questões de maneira pacífica, sem recorrer ao uso da força. Além disso, o departamento mantém uma interlocução constante com governos estaduais, municipais, comunidades, movimentos sociais rurais e proprietários, visando prevenir, mediar e solucionar tensões e conflitos agrários, a fim de garantir a paz no campo. Sua atuação também se articula com diversos órgãos do Estado brasileiro, estimulando o diálogo e a negociação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil, com o objetivo de alcançar soluções pacíficas para os conflitos no campo.

Ademais, o departamento desempenha um papel fundamental na identificação e diagnóstico das tensões e conflitos sociais no campo, com o intuito de prevenir a ocorrência de novos conflitos e propor soluções pacíficas. Consolidando informações atualizadas sobre essas questões, o departamento fornece subsídios relevantes ao Ministro de Estado e outras autoridades, auxiliando na tomada de decisões estratégicas. A atuação do departamento ocorre em estreita articulação com a Advocacia-Geral da União e outros órgãos da administração pública federal responsáveis por iniciativas de redução de litigiosidade e resolução de conflitos, garantindo uma abordagem integrada e eficiente na busca pela pacificação das disputas agrárias no país.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (2022), regiões da Amazônia Legal, no ano de 2022, foram registrados 1.107 conflitos no campo na região da Amazônia Legal, o que representa mais da metade de todos os conflitos ocorridos no país (54,86%). Esse número é o segundo maior já registrado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), ficando atrás apenas de 2020.

Além disso, destaca-se a elaboração do Relatório da Comissão Arns (2023) - Delegação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns, que após escuta atenta a representantes de comunidades em situação de conflito no Sudoeste do Pará de 15 a 23 de abril de 2023, sugere, dentre outras providências, os seguintes encaminhamentos em direção à pacificação dos conflitos agrários:

Em situações de conflito coletivo consolidado pelo tempo, a ideia de conversão de reintegração de posse em indenização para desapropriação indireta, como já experimentado em outras jurisdições estaduais, a exemplo da Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná, merece reflexão, pois tem recebido respaldo jurisprudencial. Buscam-se, cada vez mais, formas alternativas de solução pacífica dos litígios possessórios, desde que eventuais títulos não resultem de grilagem ou outras formas de fraude documental. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), vigente desde dezembro de 2009, já precedido pela anterior versão de 2002 (PNDH-2), estabelece importantes procedimentos para enfrentamento de casos de conflitos fundiários coletivos, urbanos e rurais, com a participação do Poder Judiciário. Em 17 de outubro de 2018, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou sua Resolução nº 10, apresentando normas avançadas e extensas para

prevenção e solução pacífica de conflitos fundiários coletivos, urbanos e rurais. Nesse sentido, o art. 565 do Novo Código de Processo Civil autoriza expressamente o juiz da causa a atuar ativamente para conhecer a realidade litigiosa, chamar outros sujeitos comprometidos com a política fundiária e obter um resultado socialmente justo, mediando o conflito. As medidas de força são a ultima ratio processual²². Sem o cumprimento rigoroso da lei processual civil, pode haver recrudescimento do conflito fundiário, nos casos examinados. A recente decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF n.º 828 condicionou o cumprimento de ordem de despejo à existência de uma comissão de apoio mínimo nos tribunais, com inspeções judiciais e audiências de mediação, participação de diversos atores, realização de medidas administrativas por parte do Poder Público para atender a população em situação social vulnerável.

Assim, a partir destas informações, entende-se que o Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários pode contribuir com o Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal abordando os temas detalhados acima mediante a promoção de oficinas junto à rede local, tratando especificamente de:

- a) Oficina sobre a importância da pacificação no campo como pressuposto para a execução de políticas públicas de agricultura familiar;
- b) Oficina sobre a prevenção e o enfrentamento da violência no campo;
- c) Diálogo com Ministério Público Federal e representantes do sistema de segurança pública sobre atuação preventiva e repressiva da violência no campo.

Tais oficinas podem ser realizadas em parceria com outros órgãos e Ministérios, dentre os quais, Ministério dos Direitos Humanos e cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça, INCRA, dentre outros.

Nesta primeira edição serão realizadas duas oficinas, nos respectivos turnos, durações mínima e máxima:

ATIVIDADE	
Primeiro dia - turno da tarde	Oficina sobre a importância da pacificação no campo para a execução de políticas públicas de agricultura familiar, com duração mínima de 1 hora e máxima de 3 horas; Oficina sobre prevenção de violência no campo, com duração mínima de 1 hora e máxima de 3 horas;
Segundo dia - turno da tarde	Diálogo com Ministério Público Federal e sistema de segurança pública sobre atuação preventiva e repressiva da violência no campo, com duração mínima de 1h e máxima de 4 horas.

5. CRONOGRAMA

ETAPAS	RESPONSÁVEL	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL
Promover articulação interinstitucional	CNJ	Abril/23	Maio/23
Realizar reunião geral de alinhamento	CNJ	Maio/23	junho/23
Realizar reuniões setoriais, de acordo com o eixo temático, para elaboração de planos de ação	CNJ	Maio/23	junho/23
Criar identidade visual do Programa e demais peças básicas de comunicação	CNJ	Abril/23	Maio/23
Executar plano de comunicação em parceria com todas as instituições envolvidas	Partícipes e Parceiros	Junho/23	Julho/23

Executar campanha de divulgação específica para o evento em São Félix do Xingu (PA)	Partícipes e Parceiros	1º/7/23	21/7/23
Realizar o primeiro evento de itinerância em São Félix do Xingu (PA)	Partícipes e Parceiros	17/7/23	21/7/23
Elaboração de relatório com os dados e resultados da itinerância	CNJ	Julho/23	Setembro/23
Planejar calendário anual de itinerâncias para 2024	CNJ,CJF, CSJT, CNMP	Setembro/23	Dezembro/23

6. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Termo de Cooperação Técnica não importa repasse orçamentário ou financeiro, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLAUDIA MARIA DADICO

Diretora de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Dadico, Diretor (a) de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários**, em 06/07/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29400817** e o código CRC **B1D32B01**.

Referência: Processo nº 55000.007773/2023-11

SEI nº 29400817

Criado por [claudia.dadico](#), versão 2 por [claudia.dadico](#) em 27/06/2023 15:11:16.